



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AO SENHOR ALFONSO RIVERO MONSALVE
NOVO EMBAIXADOR DO PERU JUNTO DA SANTA SÉ
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO
DAS CARTAS CREDENCIAIS***

Sexta-feira, 16 de Março de 2007

Senhor Embaixador

1. Ao receber as Cartas que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Peru junto da Santa Sé, apraz-me dar-lhe as mais cordiais boas-vindas, desejando-lhe um fecundo trabalho para manter as boas relações existentes entre o seu nobre País e a Sé Apostólica. Ao agradecer-lhe as amáveis e sentidas palavras que me dirigiu, peço-lhe a amabilidade de transmitir a minha deferente saudação ao Excelentíssimo Dr. Alan García Pérez, Presidente da República, ao seu Governo e ao querido povo peruano.
2. Este encontro faz-nos recordar os profundos vínculos que a sua Nação manteve e mantém com a Igreja. Desde o primeiro momento, a fé católica ali levada por evangelizadores como São Toríbio de Mogrovejo, cujo IV centenário da sua morte se comemorou no ano passado foi acolhida e penetrou pouco a pouco nos tecidos culturais e sociais desse povo abençoado, no qual muito cedo floresceram os primeiros santos e santas em solo latino-americano. E como Vossa Excelência mencionou, além do santo Bispo, desejo recordar os santos Rosa de Lima, Martín Porres, Francisco Solano, Juan Macías e a beata Ana de los Ángeles Monteagudo, beatificada pelo Papa João Paulo II na sua primeira visita ao Peru em 1985. Também eu tive a ocasião de visitar a sua Pátria em 1986 quando era Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Conservo uma gratíssima recordação daqueles dias, sobretudo dos meus encontros com pessoas simples de bairros populares, tanto em Lima como em Cuzco.
3. Neste mundo de rápidas transformações sociais, políticas e económicas, o seu País não faz excepção também na experiência de profundas mudanças. São processos que incidem

directamente nas pessoas e nos seus valores. Em relação a isto, são notáveis os esforços realizados pela Igreja e pelo Estado em matéria de educação e no uso de novas tecnologias, com a finalidade de incluir os sectores menos favorecidos nos novos espaços culturais do nosso tempo. Por outro lado, subsistem problemas morais e religiosos que tanto a Igreja como o Estado devem enfrentar, cada um no âmbito da própria competência e precisamente para o bem dos peruvianos. Sabemos que o Peru deseja enfrentar adequadamente o fenómeno da globalização aproveitando as oportunidades oferecidas pelo crescimento económico, para que a riqueza produzida e outros bens sociais cheguem a todos de maneira equitativa. Os peruanos, como todos os seres humanos, também esperam que os serviços de saúde sejam devidamente acessíveis a todas as camadas sociais; que a educação seja património de todos, melhorando a sua qualidade a todos os níveis; que face à corrupção impere a integridade que permita a acção eficaz das diversas instituições públicas, ajudando desta forma a superar tantas situações de fome e miséria.

É portanto urgente a sintonia de intenções para tornar possível uma acção contínua dos governantes perante os desafios de um mundo globalizado, que devem ser enfrentados com solidariedade autêntica. Esta virtude, como dizia o meu predecessor João Paulo II, deve inspirar a acção dos indivíduos, dos governos, dos órgãos e instituições internacionais e de todos os membros da sociedade civil, comprometendo-os a trabalhar para um justo crescimento dos povos e das nações, tendo como objectivo o bem de todos e de cada um (cf. *Sollicitudo rei socialis*, 40).

4. A Igreja, que reconhece ao Estado a sua competência em questões sociais, políticas e económicas, assume como próprio dever, derivado da sua missão evangelizadora, a salvaguarda e a difusão da verdade sobre o ser humano, o sentido da sua vida e o seu destino último que é Deus. Ela é fonte de inspiração a fim de que a dignidade da pessoa e da vida, desde a sua concepção até ao seu fim natural, seja reconhecida e protegida, como garante a Constituição peruana. Por isso, continuará a colaborar de modo leal e generoso na educação, no atendimento no campo da saúde e na ajuda aos mais pobres e necessitados.

5. A Sé Apostólica continuará a apoiar qualquer esforço social que já se realiza, para que haja sempre igualdade de oportunidades e cada peruano se sinta respeitado nos seus direitos inalienáveis. Por isso, o Episcopado do Peru continuará a fomentar, à luz do Evangelho e da doutrina social da Igreja, a busca da verdade no campo familiar, laboral e sociopolítico. Por seu lado, os católicos peruanos também estão chamados a ser fermento da mensagem cristã nas instituições sociais e na vida pública, a fim de contribuir assim para a construção de uma sociedade mais fraterna. A Igreja, consciente da sua própria "missão religiosa e, por isso mesmo, extremamente humana" (*Gaudium et spes*, 11), assim como do seu dever de propor a verdade de todo o homem, que por ser filho de Deus está dotado de uma dignidade superior e anterior a qualquer lei positiva, continuará a trabalhar pela consecução destes objectivos. Ela "perita em humanidade" (*Populorum progressio*, 13), ensina também que só no respeito da lei moral, que defende e protege a dignidade da pessoa humana, se pode construir a paz favorecendo um

progresso social estável. Por isso, é desejável que prossiga a mútua colaboração entre o Estado e a Igreja no Peru, que até agora deu bons frutos.

6. Senhor Embaixador, ao concluir este agradável encontro renovo a Vossa Excelência as minhas cordiais boas-vindas, formulando os melhores votos pelo bom êxito da sua missão que agora inicia.

Ao implorar ao Senhor dos Milagres que derrame abundantes Bênçãos sobre Vossa Excelência, sobre a sua família, colaboradores e Autoridades do seu País, peço também a Nossa Senhora das Mercês que proteja o querido povo peruano para que continue a progredir pelos caminhos da justiça, da solidariedade e da paz.

**L'Osservatore Romano* n. 12 p. 4.

© Copyright 2007 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana